



Registro de Ocorrência de Violência Doméstica e o requerimento de MPU on-line na Polícia Civil do Brasil



Delegada de Polícia: Ana Cristina Melo Santiago



ESTADO	OCORRÊNCIA	MPU
DF	Sim, além do 197.	Delegacia entra em contato imediatamente após o registro online e viabiliza por contato telefônico ou outro meio eletrônico o requerimento por MPU sem a necessidade de comparecimento pessoal
GO	Não	Não
MS	Não	Não
MT	Sim	Não
RS	Sim	Não
SC	Sim, além do 181 e whatsapp	Apenas em algumas comarcas, em regra é presencial
PR	Não	Não
SP	Sim	Sim
RJ	Sim, e/ou 197	Não. (Possível pelo 197)
MG	Não	Não, apenas por telefone ou presencial.
ES	Sim	Não



RO	Em implantação	Em implantação
RR	Sim	Não
TO	Sim	Não
AC	Não	Não
AM	Sim	Não
AP	Não	Não
PA	Sim	Não
SE	Sim	Não
MA	Sim	Sim
CE	Sim	Não
PB	Sim	Sim
RN	Somente para crimes sem Violência	Não
PE	Sim	Não
BA	Em implantação	Em implantação
AL	Sim	Não
PI	Não	Não



- **17 Estados e o DF realizam o boletim de ocorrência eletrônico;**
- **O DF, MG e o RJ disponibilizam o requerimento por MPU por contato telefônico;**
- **Em 3 estados o requerimento de MPU totalmente eletrônico não existe.**



Delegacia Eletrônica @ – PCDF

ANTES DA PANDEMIA:

- ✓ Delegacia Eletrônica com o maior rol de naturezas registráveis (17) no Brasil (*ameaça, calúnia, difamação, injúrias-inclusive real e racial, perturbação da tranquilidade, perturbação do trabalho e do sossego, furto, furto em interior de veículo, furto mediante fraude, estelionato, apropriação indébita, maus tratos aos animais, extravio, evasão de local de acidente, acidente de trânsito sem vítima*).
- ✓ Responsável por 31% dos registros não flagranciais de toda PCDF = 120.427 ocorrências

DURANTE A PANDEMIA:

- ✓ Em 01/04/2020 passou a disponibilizar o registro de ocorrências de Violência Doméstica;
- ✓ Nos primeiros 45 dias (15/05/2020), detectou aumento de 63% (3.600 ocorrências) dos registros criminais em relação ao ano anterior;
- ✓ Feedback positivo= site mais interativo (guias/vídeos) e prático para o usuário;
- ✓ PCDF oportunizará esses registros de forma permanente, mesmo após a pandemia.

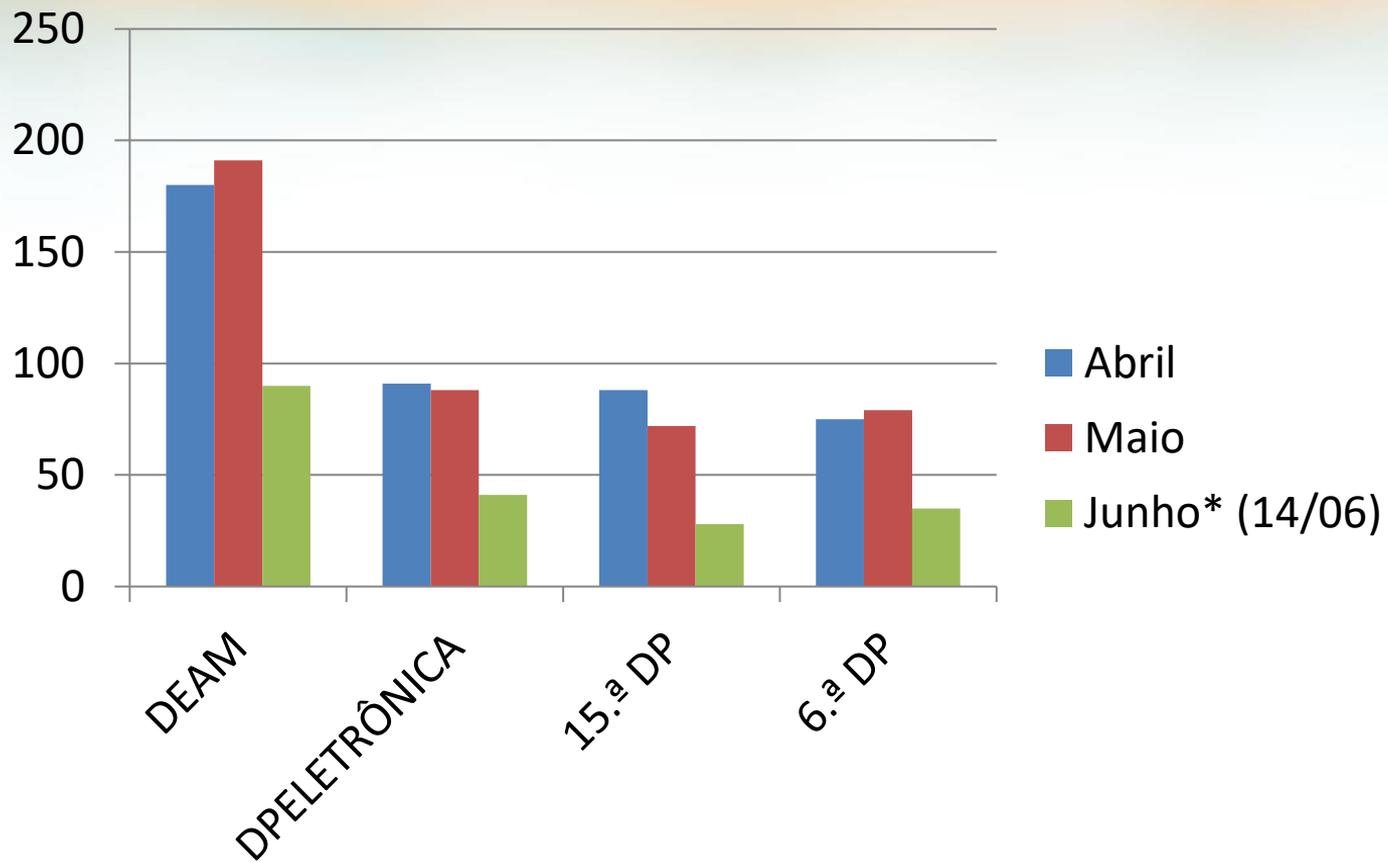


Registro eletrônico de VDFM e Medidas Protetivas de Urgência

Modelo atual:

- Após complementar e homologar a ocorrência, estas são encaminhadas imediatamente para Unidade da área, a qual toma as providências iniciais e instrui as MPU (realizado por servidores do plantão). Em caso de Lesões Corporais, a Unidade responsável encaminha, via e-mail, memorando diretamente ao IML, o qual recepcionará a vítima;
- Nos primeiros 75 dias, DPELETRÔNICA só efetuou menos registros que a DEAM, Unidade Especializada;
- Eficácia do Registro Eletrônico: regiões consideradas distantes e críticas e que pouco utilizam o canal virtual para registrar outros crimes, passaram a figurar entre as principais no registro de VDFM.







Modelo em fase de implementação

(MODELO COMPLETO):

- **Através do site da DPELETRÔNICA ----- Além do registro, a Vítima poderá requerer MPU; responder Questionário de Avaliação de Risco; Solicitar Casa Abrigo; Enviar imagens, prints, áudios; Descrever os fatos; Receber encaminhamento ao IML para realização de ECD;**
- **DPELETRÔNICA recebe o registro da vítima com alerta visual e sonoro de prioridade e imediatamente entra em contato telefônico com a vítima;**
- **DPELETRÔNICA em consonância com Protocolo de Atendimento de VDFM complementa todo o preenchimento realizado pela vítima e instrui Autos Apartados de MPU (realizado por servidores devidamente capacitados em VDFM);**
- **DPELETRÔNICA encaminha simultaneamente e on-line os Autos Apartados de MPU para o Judiciário, com vistas à análise do requerimento, e a ocorrência policial para Unidade Policial responsável pela apuração.**





PROJEÇÃO do registro eletrônico com o MODELO COMPLETO

- Dezembro/2020 = **dobrar o número atual** de registros e MPU on-line;
- Dezembro/2021 = ser responsável por **80% dos registros de VDFM no Distrito Federal**;

Metodologia utilizada

- Parceria com as DEAMs;
- Parceria com Judiciário, Ministério Público e toda a rede de proteção;

Objetivo a ser alcançado: conferir efetiva proteção a mulher em situação de violência, por meio do incremento desse canal de denúncia, cujos policiais capacitados para esse fim instruirão o requerimento por MPU a ser enviado ao Poder Judiciário concomitantemente ao respectivo registro.